

**INSTITUTO  
SEGURANÇA  
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE  
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**ANO DE  
2017**

**DENOMINAÇÃO:** Centro Social S. Miguel de Arcozelo

**MORADA:** Av. Igreja, 281

**LOCALIDADE:** Arcozelo

**FREGUESIA :** Arcozelo

**CONCELHO:** V. N. Gaia

**COD. POSTAL:** 4410-411

  
\_\_\_\_\_  
(O Contabilista Certificado)

**A DIRECÇÃO:**

**APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL**

**DATA:** Arcozelo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Arcozelo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

**ASSINATURAS:**

**ASSINATURA DO PRESIDENTE**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**CENTRO SOCIAL S. MIGUEL DE ARCOZELO**  
**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

**Contribuinte :** 505932270  
**Moeda :** (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	56 115,05	67 443,72
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	6	42 193,29	136,23
		98 308,34	67 579,95
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	130,94	162,73
Créditos a receber	12.1	21 794,45	13 412,12
Estado e outros entes públicos	12.7	5 054,69	4 198,74
Associados	12.15	5 951,00	5 132,00
Diferimentos	12.3	2 664,91	1 823,58
Outros ativos correntes	12.2	5 709,55	1 200,93
Caixa e depósitos bancários	12.4	72 983,20	126 490,10
		114 288,74	152 420,20
<b>Total do ativo</b>		<b>212 597,08</b>	<b>220 000,15</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	12.5	118 629,53	118 629,53
Resultados transitados	12.5	-41 918,41	-27 085,09
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.5	49 576,39	38 671,74
		126 287,51	130 216,18
Resultado líquido do período		17 709,28	-14 833,32
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>143 996,79</b>	<b>115 382,86</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	12.6	14 989,83	17 590,95
Estado e outros entes públicos	12.7	7 080,61	6 524,17
Financiamentos obtidos	12.14	0,00	591,67
Diferimentos	12.3	2 805,99	20 000,00
Outros passivos correntes	12.8	43 723,86	59 910,50
		68 600,29	104 617,29
<b>Total do passivo</b>		<b>68 600,29</b>	<b>104 617,29</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>212 597,08</b>	<b>220 000,15</b>

A Direção

Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL S. MIGUEL DE ARCOZELO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

505932270

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 017	2 016
Vendas e serviços prestados	8	232 408,63	220 705,71
Subsídios, doações e legados à exploração	9 e 12.9	252 399,22	218 761,29
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-4 140,59	-6 417,43
Fornecimentos e serviços externos	12.10	-174 777,26	-143 308,82
Gastos com o pessoal	10	-301 977,81	-304 047,06
Aumentos/reduções de justo valor	12.16	1 634,00	0,00
Outros rendimentos	12.11	26 005,50	8 795,34
Outros gastos	12.12	-1 159,20	-641,64
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>30 392,49</b>	<b>-6 152,61</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	-12 678,04	-8 586,79
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>17 714,45</b>	<b>-14 739,40</b>
Juros e gastos similares suportados	12.13	-5,17	-93,92
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>17 709,28</b>	<b>-14 833,32</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>17 709,28</b>	<b>-14 833,32</b>

A Direção

Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL S. MIGUEL DE ARCOZELO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 505932270

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	SAD	C.Convívio	C. Dia	ERPJ	S. Assoc.	PERÍODOS	
							2017	2016
Vendas e serviços prestados		46 222,26	6 122,42	83 177,35	70 760,00	26 126,60	232 408,63	220 705,71
Custo das vendas e dos serviços prestados		-109 518,82	-35 350,93	-105 035,80	-125 022,13	-1 786,05	-376 713,73	-376 746,39
<b>Resultado Bruto</b>		<b>-63 296,56</b>	<b>-29 228,51</b>	<b>-21 858,45</b>	<b>-54 262,13</b>	<b>24 340,55</b>	<b>-144 305,10</b>	<b>-156 040,68</b>
Outros Rendimentos		124 850,63	13 562,41	65 980,49	75 543,75	251,44	280 188,72	227 556,63
Gastos administrativos		-31 334,04	-7 296,93	-34 810,11	-32 109,54	-11 309,35	-116 859,97	-85 613,71
Outros Gastos		-340,67	-313,24	-346,23	-309,06	0,00	-1 309,20	-641,64
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>29 879,36</b>	<b>-23 276,27</b>	<b>8 965,70</b>	<b>-11 136,98</b>	<b>13 282,64</b>	<b>17 714,45</b>	<b>-14 739,40</b>
Gastos de financiamento (líquidos)		-1,31	-1,30	-1,30	-1,26	0,00	-5,17	-93,92
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>29 878,05</b>	<b>-23 277,57</b>	<b>8 964,40</b>	<b>-11 138,24</b>	<b>13 282,64</b>	<b>17 709,28</b>	<b>-14 833,32</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>29 878,05</b>	<b>-23 277,57</b>	<b>8 964,40</b>	<b>-11 138,24</b>	<b>13 282,64</b>	<b>17 709,28</b>	<b>-14 833,32</b>

A Direção

Contabilista Certificado



**CENTRO SOCIAL S. MIGUEL DE ARCOZELO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		223 992,25	207 466,58
Pagamentos a fornecedores		-191 965,95	-142 174,68
Pagamentos ao pessoal		-197 490,61	-199 333,85
Caixa gerada pelas operações		-165 464,31	-134 041,95
Outros recebimentos/pagamentos		166 909,01	153 952,28
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1 444,70	19 910,33
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		-13 790,52	-3 452,14
Activos intangíveis		-276,75	0,00
Investimentos financeiros		-40 284,69	-106,83
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros		193,16	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-54 158,80	-3 558,97
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-717,77	-2 670,98
Juros e gastos similares		-75,03	-138,55
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-792,80	-2 809,53
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-53 506,90	13 541,83
Caixa e seus equivalentes no início do período		126 490,10	112 948,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.4	72 983,20	126 490,10

A Direção

O Contabilista Certificado

**CENTRO SOCIAL S. MIGUEL DE  
ARCOZELO**

**Anexo às Demonstrações Financeiras de 2017**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	3
3.1	Bases de Apresentação .....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	5
4	Ativos Fixos Tangíveis .....	9
5	Ativos Intangíveis .....	10
6	Investimentos Financeiros .....	10
7	Inventários .....	10
8	Rendimentos e gastos .....	11
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	11
10	Benefícios dos empregados .....	12
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	12
12	Outras divulgações .....	12
12.1	Créditos a receber .....	12
12.2	Outros ativos correntes .....	13
12.3	Diferimentos .....	13
12.4	Caixa e Depósitos Bancários .....	13
12.5	Fundos Patrimoniais .....	14
12.6	Fornecedores .....	14
12.7	Estado e Outros Entes Públicos .....	14
12.8	Outros passivos correntes .....	14
12.9	Subsídios, doações e legados à exploração .....	15
12.10	Fornecimentos e serviços externos .....	15
12.11	Outros rendimentos .....	15
12.12	Outros gastos .....	16
12.13	Resultados Financeiros .....	16
12.14	Financiamentos Obtidos .....	16
12.15	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	16
12.16	Aumentos / reduções de justo valor .....	17
12.17	Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados .....	17
12.18	Acontecimentos após data de Balanço .....	17

## **1 Identificação da Entidade**

O CENTRO SOCIAL S. MIGUEL DE ARCOZELO é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº109 de 12 de Maio de 2003 e com registo definitivo de alteração dos Estatutos da Instituição de acordo com a portaria 139/2007, de 29 de janeiro, publicado no Portal da Justiça em 30/11/2016.

Tem sede na Avenida da Igreja, 279-281, Arcozele, Vila Nova de Gaia.

Desenvolve como atividade principal a ação social. Secundariamente, desenvolve atividades de carácter desportivo, cultural e recreativo.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

## **3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)



**3.1.1 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

**3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

**3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

**3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

**3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

Os elementos de reduzido valor são depreciados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

Os elementos de reduzido valor são amortizados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14/9.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

### 3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do

trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta “415 – Outros investimentos financeiros” e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

Os restantes investimentos estão valorizados ao custo histórico, com os respetivos ajustamentos de modo a refletir o justo valor.

#### **3.2.4 Inventários**

Os “Inventários” estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

#### **3.2.5 Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

##### Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

##### Créditos a receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontrem reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de

juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.6 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.7 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

## 4 Ativos Fixos Tangíveis

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	31-12-2017
Terrenos e Recursos Naturais	9 667,94			9 667,94
Edifícios e Outras Construções	29 003,80			29 003,80
Equipamento Básico	55 205,46	877,50		56 082,96
Equipamento de Transporte	94 593,74			94 593,74
Equipamento Administrativo	20 314,58	195,12		20 509,70
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 988,50			1 988,50
<b>Ativo Tangível Bruto</b>	<b>210 774,02</b>	<b>1 072,62</b>	<b>0,00</b>	<b>211 846,64</b>
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e Outras Construções	5 800,80	580,08		6 380,88
Equipamento Básico	44 944,51	3 476,39		48 420,90
Equipamento de Transporte	71 279,23	7 864,75		79 143,98
Equipamento Administrativo	19 317,26	480,07		19 797,33
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 988,50			1 988,50
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>143 330,30</b>	<b>12 401,29</b>	<b>0,00</b>	<b>155 731,59</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>67 443,72</b>	<b>-11 328,67</b>	<b>0,00</b>	<b>56 115,05</b>

## 5 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Fixos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	31-12-2017
Programas de Computador	5 583,91	276,75		5 860,66
<b>Ativo Intangível Bruto</b>	<b>5 583,91</b>	<b>276,75</b>	<b>0,00</b>	<b>5 860,66</b>
Depreciações Acumuladas				
Programas de Computador	5 583,91	276,75	0,00	5 860,66
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>5 583,91</b>	<b>276,75</b>	<b>0,00</b>	<b>5 860,66</b>
<b>Ativo Intangível Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 6 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
<b>Outros investimentos Financeiros</b>		
Obrigações do Tesouro	41 634,00	0,00
FCT	559,29	136,23
<b>Total</b>	<b>42 193,29</b>	<b>136,23</b>

## 7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	130,94	162,73
<b>Total</b>	<b>130,94</b>	<b>162,73</b>

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2017	2016
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	162,73	127,11
Compras	1 600,04	2 291,68
Reg. Inventários (doações)	2 508,76	4 161,37
Saldo Final	130,94	162,73
<b>Gastos do Período</b>	<b>4 140,59</b>	<b>6 417,43</b>

## 8 Rendimentos e gastos

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2017	31-12-2016
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>232 408,63</b>	<b>220 705,71</b>
Quotas do Utilizadores	218 062,03	200 503,89
Quotas e Joias	12 780,00	17 695,00
Serviços Sociais	1 566,60	2 506,82
<b>Outros Rendimentos</b>	<b>22 321,76</b>	<b>8 795,34</b>
Festas e Subscrições	1 420,00	1 108,00
Sub. Alimentação espécie	13 360,76	0,00
Outros	7 541,00	7 687,34
<b>Total</b>	<b>254 730,39</b>	<b>229 501,05</b>

## 9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2017		2016	
		Capitais Próprios	Demonstração de Resultados	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (Dotação)	Não Reembolsável	0,00	217 091,41	0,00	209 189,58
C. Municipal de Gaia		0,00	20 000,00	20 000,00	
I.E.F.P	Não Reembolsável	0,00	4 199,36	0,00	1 763,66
J. Freguesia de Arcozelo	Não Reembolsável	10 904,65	2 595,35	0,00	100,00
<b>Total</b>		<b>10 904,65</b>	<b>243 886,12</b>	<b>20 000,00</b>	<b>211 053,24</b>



## 10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos é de 7 elementos.

O número médio de pessoas ao serviço da instituição durante o exercício de 2017 e 2016 foi de 26.

A Instituição contou ao seu serviço com um colaborador ao abrigo de programa estágio protocolado com o IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	241 889,33	244 390,60
Indemnizações	335,13	0,00
Encargos sobre as Remunerações	49 419,99	53 942,90
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2 339,69	3 107,87
Outros Gastos com o Pessoal	2 201,25	748,15
IEFP (Estágio)	5 792,42	1 857,54
<b>Total</b>	<b>301 977,81</b>	<b>304 047,06</b>

## 11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 12 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

### 12.1 Créditos a receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Utentes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Utentes	21 794,45	13 412,12
<b>Total</b>	<b>21 794,45</b>	<b>13 412,12</b>

## 12.2 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
<b>Outros ativos correntes</b>		
Fornecedores (saldo devedor)	90,00	591,88
Outros devedores por acréscimos	0,00	209,05
IEFP	4 133,74	0,00
Outros devedores	1 485,81	400,00
<b>Total</b>	<b>5 709,55</b>	<b>1 200,93</b>

## 12.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguro Acidentes Trabalho	64,26	0,00
Seguros Outros	1 647,56	1 228,05
Outros	953,09	595,53
<b>Total</b>	<b>2 664,91</b>	<b>1 823,58</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Subsídios - M. V.N. Gaia	0,00	20 000,00
IEFP	1 705,99	0,00
Antecipação hidroginástica	1 100,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 805,99</b>	<b>20 000,00</b>

## 12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Caixa e Depósitos Bancários</b>		
Caixa	387,66	1 452,49
Depósitos à Ordem	35 175,54	69 037,61
Outros Depósitos Bancários	37 420,00	56 000,00
<b>Total</b>	<b>72 983,20</b>	<b>126 490,10</b>

## 12.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	118 629,53			118 629,53
Resultados Transitados	-27 085,09		14 833,32	-41 918,41
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	38 671,74	13 500,00	2 595,35	49 576,39
<b>Total</b>	<b>130 216,18</b>	<b>13 500,00</b>	<b>17 428,67</b>	<b>126 287,51</b>

## 12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c		
Fornecedores	14 989,83	17 590,95
<b>Total</b>	<b>14 989,83</b>	<b>17 590,95</b>

## 12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
IVA - A Recuperar	5 054,69	4 198,74
<b>Total</b>	<b>5 054,69</b>	<b>3 115,82</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 105,05	1 148,08
Segurança Social	5 933,14	5 344,29
Outras Tributaçãoes - Fundos	42,42	31,80
<b>Total</b>	<b>7 080,61</b>	<b>6 524,17</b>

## 12.8 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
	Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>		
Remunerações a pagar	0,00	405,95
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		
Contas Gerais	0,00	12 476,76
<b>Credores por Acréscimo de Gastos</b>		
Remunerações a Liquidar	42 216,03	43 431,25
Outras Despesas Diferidas	562,33	3 070,88
<b>Outros Credores</b>	<b>945,50</b>	<b>525,66</b>
<b>Total</b>	<b>43 723,86</b>	<b>59 910,50</b>

**12.9 Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	241 290,77	211 053,24
Doações e heranças	11 108,45	7 708,05
<b>Total</b>	<b>252 399,22</b>	<b>218 761,29</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

O valor registado na rubrica “doações e heranças” engloba 2905,14 euros de doações efetuadas pelo Banco Alimentar, bem como 7838,51 euros de donativos monetários e 364,80 euros de outros donativos em espécie.

**12.10 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	70 595,33	66 281,90
Serviços especializados	45 337,69	18 274,98
Materiais	4 155,65	5 948,83
Energia e fluidos	19 366,25	20 877,57
Deslocações, estadas e transportes	827,80	71,71
Serviços diversos	33 578,73	29 782,76
Encargos com os Utentes	915,81	2 071,07
<b>Total</b>	<b>174 777,26</b>	<b>143 308,82</b>

**12.11 Outros rendimentos**

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	8 961,00	1 581,45
Descontos pronto pagamento	0,00	9,92
Rendimentos ativos financeiros	193,17	0,00
Outros Rendimentos	16 851,33	7 203,97
<b>Total</b>	<b>26 005,50</b>	<b>8 795,34</b>

**12.12 Outros gastos**

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	37,78	150,00
Outros Gastos	1 121,42	491,64
<b>Total</b>	<b>1 159,20</b>	<b>641,64</b>

**12.13 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros Suportados	5,17	93,92
<b>Total</b>	<b>5,17</b>	<b>93,92</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-5,17</b>	<b>-93,92</b>

**12.14 Financiamentos Obtidos**

Durante exercício de 2017 ocorreram as seguintes variações na rubrica de financiamentos obtidos:

Descrição	2016		
	Saldo Inicial	Amortização	Saldo Final
Locação Financeira Viatura	591,67	591,67	0,00
<b>Total</b>	<b>591,67</b>	<b>591,67</b>	<b>0,00</b>

A entidade teve encargos com juros, relacionados com os financiamentos obtidos, que ascenderam a 5,11 euros durante o ano de 2017.

**12.15 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros**

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Quotas	5 951,00	5 132,00
<b>Total</b>	<b>5 132,00</b>	<b>5 132,00</b>

### 12.16 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2017 e 2016 ganhos/perdas por aumento/diminuição do “justo valor”:

Descrição	2017	2016
<b>Aumentos</b>		
Em Investimentos financeiros	1 784,00	0,00
<b>Diminuições</b>		
Em Investimentos financeiros	150,00	0,00
<b>Saldo</b>	<b>1 634,00</b>	<b>0,00</b>

### 12.17 Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Além do edifício arrendado, onde está instalado a valência de Lar, a instituição desenvolve a sua atividade num edifício cedido pela Junta de Freguesia de Arcozelo.

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2017, foi o seguinte:

ERPI: 10 ; Centro de Dia: 35 ; Centro de Convívio: 12; Serviço de Apoio Domiciliário: 30

Em 2017 a instituição teve 621 associados ativos.

### 12.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Arcozelo, 22 de Março de 2018

O Contabilista Certificado

A Direção